

Legislação

Diploma - Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro

Estado: **Revogado**

Resumo: Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020.

Publicação: Diário da República n.º 224/2019, Série I de 2019-11-21, páginas 2 - 3

Legislação associada: -

Histórico de alterações: - [Decreto-Lei n.º 109-A/2020](#), de 31/12

Nota: Não dispensa a consulta do [diploma original](#) publicado no Diário da República Eletrónico.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro
(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 109-A/2020, de 31 de dezembro)

O Programa do XXII Governo Constitucional prevê a criação de condições para aprofundar a trajetória plurianual de atualização real do salário mínimo nacional, de forma faseada, previsível e sustentada, evoluindo em cada ano em função da dinâmica do emprego e do crescimento económico, com o objetivo de atingir os € 750 em 2023.

Este compromisso não esgota os objetivos de política de salários e rendimentos, uma vez que é também expresso no referido Programa o objetivo de encetar no quadro da negociação em sede de concertação social um processo de diálogo para um acordo de médio prazo sobre salários e rendimentos.

Em conformidade, a retribuição mínima mensal garantida (RMMG) foi aumentada de € 505 em 2015 para € 530 em 2016, através do [Decreto-Lei n.º 254-A/2015](#), de 31 de dezembro, sendo posteriormente aumentada para € 557 em 2017, através do [Decreto-Lei n.º 86-B/2016](#), de 29 de dezembro, seguidamente para € 580 em 2018, através do [Decreto-Lei n.º 156/2017](#), de 28 de dezembro, e, por fim, para € 600 em 2019, através do [Decreto-Lei n.º 117/2018](#), de 27 de dezembro.

Este percurso, que permitiu alcançar uma valorização real próxima dos 14 % do poder de compra dos trabalhadores abrangidos pela RMMG, foi assente no diálogo social tripartido e sujeito a uma avaliação periódica de impactos que, de forma consistente, sugeriu que a atualização da RMMG contribuiu para devolver dignidade e valor ao trabalho e para reduzir a pobreza e as assimetrias salariais, sem com isso comprometer a sustentabilidade da economia portuguesa e sem pôr em causa o crescimento do emprego e a redução do desemprego.

Neste quadro, ponderadas as condições para aprofundar a trajetória de valorização real da RMMG, atendendo ao disposto no Programa do XXII Governo Constitucional, e sem prejuízo de um diálogo mais amplo em sede de Concertação Social sobre a política de rendimentos e de competitividade, o Governo decide aumentar para € 635 o valor da RMMG, com efeitos a partir de 1 de 1 de janeiro de 2020.

Foram ouvidos todos os Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

O presente decreto-lei atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro de 2020.

Artigo 2.º

Valor da retribuição mínima mensal garantida

O valor da retribuição mínima mensal garantida a que se refere o n.º 1 do artigo 273.º do Código do Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro, é de €635.

Artigo 3.º

Norma revogatória

É revogado o [Decreto-Lei n.º 117/2018](#), de 27 de dezembro.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2020.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de novembro de 2019. - António Luís Santos da Costa - Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira - Mário José Gomes de Freitas Centeno - Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho.

Promulgado em 15 de novembro de 2019.

Publique-se.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Referendado em 19 de novembro de 2019.

O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.